

O PROCESSO DE GÊNESE DO SABER EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO: emergência, divulgação e aplicação social

José Arimatea Barros Bezerra¹

Introdução

Este texto apresenta parte dos resultados de um estudo mais amplo sobre o processo de gênese social do saber em alimentação, no Brasil, em sua fase de emergência - divulgação e aplicação prática, tendo como foco de análise ações de educação e de assistência alimentar destinadas a trabalhadores e escolares. Mais especificamente, analisa-se a experiência desenvolvida, a partir de 1940, com a criação, pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio - MTIC, do Serviço de Alimentação da Previdência Social - SAPS, que buscou condensar parte das proposições dos estudiosos sobre alimentação, criando restaurantes populares e cursos específicos – visitação alimentar, nutrição e nutrologia. Questiona-se o SAPS em suas medidas de difusão dos fundamentos da alimentação racional e de modificação de práticas alimentares dos trabalhadores, ou seja, de educação alimentar, enfocando a ação das visitadoras de alimentação e as relações de conflito e resistência entre o saber acadêmico em difusão e a cultura alimentar existente, desencadeadas por ações que visavam à modificação de práticas alimentares naturalizadas.

Em se tratando de um estudo sobre o processo de gênese social de um saber, fundamentado nos parâmetros da Nova História, tomou-se a Sociologia de Pierre Bourdieu (1998, 2007) como referencial metodológico mais amplo indicador da abordagem, dos contornos e dos limites da análise. Nesse sentido, buscou-se apreender o movimento desse campo, na particularidade de espaço e de recorte temporal definido, tendo em vista sua especificidade e estratégias no processo de busca de autonomização. Tendo em vista que o objeto se insere numa área de conhecimento considerada como “gênero de fronteira” (SANTOS, 2005), o referencial teórico se complementou com os conceitos de alimento, comida (MACIEL, 2004; DAMATTA, 1997) e cultura alimentar (CONTRERAS & ARNAIZ, 2005) numa perspectiva histórica e antropológica.

I. As experiências de educação e assistência alimentar do SAPS

Em busca de um estado de alimentação, caracterizado pelos princípios de sobriedade, moderação e equilíbrio, ou seja, de uma alimentação racional, algumas ações propostas pelos estudos desenvolvidos por nutrólogos, entre 1934 e 1940, destacaram-se pela amplitude, pelo

público atingido, pela duração e por terem sido assumidas pelo poder público: O Serviço de Alimentação da Previdência Social - SAPS, a criação de cursos de formação e de especialização de recursos humanos em alimentação e o programa de merenda escolar.

As duas primeiras medidas foram desenvolvidas pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio e a segunda, pelo Ministério da Educação e Saúde, marcando o desencadeamento, pelo Estado brasileiro, de um processo de intervenção, notadamente, nos planos do mundo da escola e do mundo do trabalho com o propósito de mudança de práticas alimentares, tendo por meta atingir uma alimentação racional. Para os pesquisadores da área, os nutrólogos, caracteriza a passagem do discurso à ação, o que fora favorecido pelas características do Estado brasileiro da época: organicista, intervencionista e populista. Esse Estado, por um lado, ávido por intervenção junto à sociedade e marcado pelo discurso nacionalista, tinha o poder; por outro lado, os nutrólogos que, apesar de dominarem o saber, não dispunham de poder para a efetivação de suas propostas, também de cunho intervencionista em educação e assistência alimentar. Da convergência dos interesses desses dois segmentos da sociedade, emergem as primeiras políticas públicas de alimentação no Brasil.

Das práticas acima referidas, selecionou-se para análise O SAPS e o processo de formação e de especialização de recursos humanos em alimentação e nutrição. Desse último, focou-se a formação de visitadoras de alimentação que, dentre os profissionais formados na área, tinha como função primordial a execução de ações de educação alimentar junto aos trabalhadores e suas famílias.

O Serviço de Alimentação da Previdência Social

Em 1940, fundamentado em estudos sobre a alimentação dos brasileiros, o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio criou o SAPS com a meta de “melhorar a alimentação do trabalhador nacional e, conseqüentemente, sua resistência orgânica e capacidade de trabalho, mediante a progressiva racionalização de seus hábitos alimentares”².

O SAPS funcionou entre 1940 e 1967, quando foi extinto pelos governos militares, desenvolvendo ações em quatro setores: “a assistência alimentar, a educação alimentar, a pesquisa científica no campo da nutrição e a formação de técnicos em alimentação” (PEREGRINO, 1949, p. 57).

A assistência alimentar ocorria, em geral, por meio dos Restaurantes Populares (RP) e dos Postos de Subsistência (PS). Nos RP, que em 1950 já totalizavam 18 unidades, disponibilizavam-se refeições a preços baixos, elaboradas a partir dos princípios da “moderna

ciência da nutrição” – equilíbrio, moderação e sobriedade. Nos PS, eram vendidos no varejo e a preço baixo gêneros alimentícios de primeira necessidade.

O trabalho educativo pretendido pelo SAPS acontecia também no âmbito dos RP, diretamente com os trabalhadores e através do serviço de visitação alimentar. A partir da concepção de educação como um processo que pode ocorrer por diversos meios e em todos os lugares, pela prática, pelo aprender a fazer fazendo, a educação alimentar aconteceria de forma “objetiva”, bem como pela “inculcação e divulgação intensiva por meios diversos”. A forma objetiva ou “dirigida” se efetivava nos RP por meio de seus cardápios que através da insistência e imposição de certos alimentos – leite, frutas, verduras e sucos, incutiriam hábitos alimentares corretos. A “inculcação e difusão intensiva” dos preceitos da alimentação ocorriam por diversos meios: cartazes fixados nos restaurantes; impressos de leitura, cartilhas e boletins; palestras sobre a correta nutrição e valor dos alimentos, transmitidas durante o período das refeições por meio de irradiadoras; filmes e peças de teatro sobre o assunto.

Buscando alimentar mente e espírito dos trabalhadores, cada RP possuía uma biblioteca³, dotado de um vasto e diverso acervo de livros, que poderiam ser lidos na sala de leitura ou tomados de empréstimo para leitura em casa.

As pesquisas científicas eram desenvolvidas no âmbito da Seção de Pesquisas, direcionadas para as temáticas: composição nutricional dos alimentos brasileiros via método laboratorial químico e biológico; alimentos de bom valor nutritivo e não suficientemente conhecidos; fisiologia da nutrição; alimentação de coletividades. Com a finalidade de divulgação da produção científica, criou-se o *Prêmio Nacional de Alimentação*, a *Biblioteca Brasileira de Nutrição* e a *Revista de Nutrição*. (PEREGRINO, 1950).

Todavia, num país constituído por pessoas “ignorantes” em termos de alimentação, tese defendida pelos estudiosos da área, com especialistas e governo às voltas com a consecução do objetivo de educação alimentar, tornava-se premente a formação de recursos humanos nessa área. Esse processo se inicia em 1940, quando começou a funcionar o curso de Nutricionista ligado ao Instituto de Higiene, da Universidade de São Paulo. Nesse mesmo ano, criou-se o curso de Auxiliares de Alimentação, ligado ao Instituto de Aposentadoria e Previdência dos Industriários - IAPI, no Distrito Federal (ABN, 1991).

Em 1943, o Serviço de Alimentação da Previdência Social instituiu o curso de especialização em Nutrologia, com dois anos de duração, destinado a médicos (SAPS, 1950) e, no ano seguinte (1944), funda mais dois: o de formação de nutricionistas, no Rio de Janeiro e o de Visitação Alimentar, em Fortaleza. O Curso de Nutricionistas tinha duração de três anos, de caráter teórico e prático, destinado a moças a quem o SAPS possibilitava, após

conclusão do curso, o ingresso no quadro permanente de seus funcionários, na carreira de nutricionista. (ABN, 1991).

A Escola de Visitação Alimentar - EVA de Fortaleza, denominada Escola de Nutrição Agnes June Leith, funcionou de 1945 a 1966. Tinha por finalidade formar pessoal destinado a orientar as populações do interior do Brasil, principalmente das regiões Norte e Nordeste, para o melhor aproveitamento de suas possibilidades de alimentação. Ou seja, com um propósito de educação alimentar. Apesar de ser destinada a formar visitadoras para as regiões Nordeste e Norte do Brasil, a Escola de Fortaleza recebia alunas de outras regiões e de outros países da América do Sul. O curso tinha duração de um ano, com aulas em regime integral, de janeiro a dezembro. As alunas recebiam uma bolsa, incluindo hospedagem e alimentação gratuita para aquelas cujas famílias não residiam em Fortaleza.

Desses cursos, o que tinha o propósito específico de formar educadoras alimentares era o de Visitadoras de Alimentação, que na divisão de tarefas no campo da alimentação, ficaram com o encargo de atuação direta junto à população mais pobre, difundindo a boa nova dos princípios de alimentação racional.

Assim, no cenário de emergência desse saber, com a formação de médicos nutrólogos, de nutricionistas e de visitadoras de alimentação desencadeia-se o processo de composição de um corpo de profissionais qualificados na área⁴.

II. O Serviço de Visitação Alimentar

As visitadoras de alimentação eram moças formadas pela EVA para atuarem principalmente junto às famílias de operários e trabalhadores; ou seja, “promover, nos lares dos trabalhadores, em quaisquer outras oportunidades e locais possíveis, a mais extensa e adequada educação alimentar, (...) contribuindo para a remoção dos maus hábitos alimentares do brasileiro”. (COSTA, 1946)⁵.

As disciplinas de sua formação técnica abordavam os princípios e a prática da alimentação racional: composição e classificação de alimentos e seus componentes; cálculo e elaboração de rações para trabalhadores, adultos, crianças e idosos; higiene alimentar. Dentre as disciplinas de formação geral, estava a Assistência Social, cujos assuntos eram: generalidades de Sociologia; origem e evolução da família; casamento, crise da família, desquite e divórcio; eugenia; Igreja; propriedade; direito do menor; inquérito social; serviço social; jornada de trabalho; a profissional de educação alimentar. (CIDRACK, 1966).

Havia disciplinas como Administração do Lar, Arte Culinária e Indústria Caseira que tinham por finalidade preparar as visitadoras para o desenvolvimento de atividades nos Clubes 4E.

Os Clubes dos 4E foram a adaptação para a realidade brasileira da metodologia e da organização dos Clubes dos 4H, que funcionavam nos Estados Unidos. Partindo da constatação da fragilidade do método de difusão de conhecimentos que utilizava somente palestras ou aulas teóricas, adotaram o método de aprendizagem “aprender a fazer, fazendo”. Os 4E representavam os princípios do trabalho educativo, norteado pelas palavras educação, espírito, esforço e êxito.

Funcionavam a partir da organização de grupos, denominados de Clubes, conforme a demanda social e de grupo e as necessidades de acompanhamento pelas visitadoras de alimentação: clubes de meninos, clubes de meninas, clubes de moças, clubes de donas de casa, etc.

Por meio de visitas domiciliares periódicas, as visitadoras organizavam um inquérito social e alimentar sobre cada família, instrumento que servia de base para o desencadeamento de ações de educação alimentar e de criação de condições de melhoria de renda familiar. Essa última tinha por finalidade desenvolver habilidades de administração de orçamento doméstico e promover alguma qualificação.

Contudo, tanto no serviço de visitação como nos Restaurantes Populares (RP), as atividades de busca de modificação de práticas alimentares não deixaram de enfrentar resistências. Costa (1951, p. 94-95) considera como “depoimentos vivos de ignorância alimentar”, os relatos de situações conflituosas entre famílias assistidas e as visitadoras, marcadas por recepção pouco cordial, ironias e classificação das visitas como “devassa na vida das pessoas”. Todavia, tais situações expressavam resistências à ação das visitadoras, um choque entre o que pregavam e a realidade alimentar das pessoas mais pobres e a invasão da intimidade das famílias, atingindo a cozinha, espaço da casa sempre mais reservado, esmiuçando ali o que se comprava, como se preparava, como se comia.

Resistências que ocorriam também nos RP e creches. Por ser um dos gêneros que integra a prática alimentar cristalizada do povo cearense, notadamente, da população mais pobre, a farinha também se constituiu como um obstáculo à operacionalização das refeições racionais do RP de Fortaleza. Quando não integrava o cardápio, os trabalhadores a levavam consigo acrescentando-a à refeição servida. Resistiam duplamente à racionalidade ali presente: reclamavam da falta da farinha com a administração do restaurante e

desequilibravam a meta das 1.500 calorias do almoço, pelo acréscimo que faziam quando esse alimento não era servido.

No RP bem como na creche, mantida pelo SAPS e EVA de Fortaleza e que atendia filhos de trabalhadores e operários, nutricionistas e visitadoras enfrentavam outro impasse à racionalidade das rações: a inclusão nas refeições de leite e frutas juntos, uma mistura que a cultura alimentar local não aceitava.

Por fim, enfrentando inúmeras dificuldades e resistências, rotuladas ora de burguesas sonhadoras, ora de comunistas, carregando o fardo mais pesado nas ações da política de educação alimentar do SAPS, as visitadoras de alimentação, ou trabalhadoras sociais como se classificaram no I Congresso Nacional de Visitação Alimentar (SAPS, 1947), realizaram um trabalho de difusão dos fundamentos da alimentação racional para as camadas mais pobres da população. Para além do questionamento se foram ou não instrumentos do Estado autoritário e intervencionista na época, atenuando ou não tensões sociais, questões que este estudo não se propôs responder, fica a constatação de que elas fizeram um trabalho social, movidas provavelmente por razões idealistas e/ou motivadas pelo juramento que emitiam em suas formaturas: *PROMETO, diante de Deus e da Pátria, difundir os conhecimentos salutareis da Alimentação Racional à coletividade brasileira, animada do espírito de fraternidade que no ensina: “É belo o gesto da mão que se abre para dar e mais ainda o da mão que se abre porque sabe dar”*⁶.

Algumas considerações finais

Ao ser iniciado na rotina dos RP do SAPS, com suas características de sobriedade, higiene e moralidade, o trabalhador vivenciaria uma prática de alimentação racional, iniciando-se por um cardápio elaborado cientificamente, que incluía legumes e verduras, no prato principal, acompanhado de fruta (como sobremesa), leite e/ou suco, servido em bandejão, em local “correto, apropriado” para se alimentar. Ali também se promovia o acesso à leitura, à música e às noções básicas de higiene e de alimentação racional, o que aconteceria, respectivamente, por meio da biblioteca, da discoteca, que funcionavam junto aos restaurantes e de uma irradiadora, que transmitia palestras nos horários das refeições, bem como pela distribuição de cartilhas e folhetos de educação alimentar. O percurso do pretendido ciclo de educação alimentar dos trabalhadores continuaria nos PS, onde comprariam, por um custo baixo, os gêneros alimentícios básicos, como feijão, farinha, arroz, carne de charque, sal, etc. Um ciclo que se reforçaria em casa quando entrariam em contato com as noções corretas de

alimentação, trazidas por dois agentes: as visitadoras de alimentação que difundiam através de ensinamentos práticos os princípios da alimentação racional, de administração do lar, incluindo orçamento doméstico e noções de higiene em geral; as crianças que teriam aprendido tais princípios na escola, via prática da merenda escolar e preleções de professores e de especialistas em nutrição.

A “cruzada alimentar” desenvolvida pelo SAPS contribuiu significativamente, por meio da difusão dos princípios da alimentação racional, para a conquista de representação e legitimidade social que esse saber necessitava naquele momento para estabelecer suas bases teórico-metodológicas e ser reconhecido como ciência de aplicação social.

Se os estudos científicos dos nutrólogos se destacaram por situar o problema alimentar, em suas relações sociais, econômicas e políticas, aproximando-se de uma abordagem interdisciplinar, o desencadeamento de ações práticas, no caso da experiência SAPS aqui analisada, pautou-se pela visão unilateral do problema, pelo caráter prescritivo e higienista, próprio da medicina da época. Tais ações se caracterizaram por não considerar a alimentação de forma relacional, como “um gênero de fronteira” (SANTOS, 2007), em seus aspectos simbólicos e representacionais (MACIEL, 2004; DaMATA, 1997), predominando o aspecto nutricional, racional e técnico. Nesse sentido, o “tratamento” indicado para corrigir problemas considerados de ignorância alimentar, via educação, encontrou resistências, gerou conflitos que não foram compreendidos como indicativos das contradições do processo, mas como inerentes ou decorrentes da ignorância alimentar da população. O caso da farinha no RP de Fortaleza e as resistências ao serviço de visitação alimentar são emblemáticos do caráter prescritivo, autoritário que predominava.

Desenvolveu-se uma crença exagerada de que mudanças de práticas alimentares poderiam acontecer via intervenções do Estado, orientadas por balizas estabelecidas pelo saber racional e suas técnicas. E, dentre os profissionais da área, recaiu sobre a visitadora de alimentação a função de arauto da boa nova junto à população e a responsabilidade de, pela educação alimentar, superar milagrosamente a ignorância alimentar das pessoas. Crença que ocultava, intencionalmente ou não, as limitações do propalado discurso que alçava a alimentação racional à condição de redentora do atraso social e econômico do país.

Nesse processo, os limites desse campo de conhecimento foram se definindo, bem como suas bases conceituais e espaço social de atuação. Um corpo de especialistas se formando, compondo uma estrutura de poder vinculada ao *quantum* de capital cultural específico apropriado por cada agente ou grupo. Ou seja, ao médico nutrólogo, coube a pesquisa, a produção do conhecimento e a posição mais alta na hierarquia de poder interno; à

nutricionista, em posição intermediária, foi destinado o desempenho de funções especializadas, técnicas, pondo em prática cardápios, dietas, individuais e coletivas, a partir dos parâmetros da racionalidade e dentro dos limites do conhecimento específico que possuía; a visitadora de alimentação, com qualificação específica em menor grau, ficou incumbida da execução prática, do trabalho social de campo, de difusão de conhecimentos e execução da tarefa de educação alimentar junto à população.

Enfim, através desse processo de divulgação e aplicação social, que caracterizou sua emergência, o saber em alimentação foi firmando suas bases, ancorando-se no meio social e conquistando o *status* de ciência de aplicação social.

¹ Professor Adjunto do Departamento de Estudos Especializados e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. E-mail: ja.bezerra@uol.com.br

² BRASIL. Decreto-Lei 2.478, de 05 de agosto de 1940.

³ Sobre essas bibliotecas ver EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. **Sede de leitura:** memórias da Biblioteca Popular do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) no cotidiano de Juiz de Fora. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2007.

⁴ Qualificar pessoal e promover ações que mostrem a função social e a aplicabilidade do saber são estratégias de busca de representação social e de legitimidade, aspectos indispensáveis no movimento de emergência de um campo de saber.

⁵ A “*Seção Técnica*” do SAPS: *histórico de sua organização e criação*, artigo publicado em 1946, no qual Dante Costa detalha a Seção Técnica, que fora por ele criada e organizada entre 1941 a 1943 e republicado em ABN (1991, p. 49-51).

⁶ CONVITE. Escola de Nutrição Agnes June Leith/SAPS. Visitadoras 1966. Turma Rachel Gomes de Mattos Bastos.

REFERÊNCIAS

ABN. Associação Brasileira de Nutrição. **Histórico do Nutricionista no Brasil, 1939-1989:** coletânea de textos e depoimentos. São Paulo: ABN; Ateneu, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **A distinção:** crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

CIDRACK, Marlene Lopes. **Caderno de anotação de aulas do Curso de Visitaçao Alimentar.** Fortaleza, CE: Escola de Nutrição Agnes June Leith, 1966.

CONTRERAS, Jesús Hernández; ARNAIZ, Mabel Gracia. **Alimentación y cultura –** perspectivas antropológicas. Barcelona: Ariel, 2005.

COSTA, Dante. **Alimentação e progresso.** O problema no Brasil – alguns aspectos sociais da alimentação humana. Rio de Janeiro, DF: SAPS, 1951. Vencedor do Prêmio Nacional e Alimentação, ano 1949.

DAMATTA, Roberto. Sobre comidas e mulheres. In: _____. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 49-64.

MACIEL, Maria Eunice. Uma cozinha brasileira. **Estudos Históricos**. Alimentação. Rio de Janeiro, RJ: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, jan./jun./2004, n. 33, p. 25-39.

PEREGRINO, Umberto. **À margem do problema alimentar brasileiro** (tarefas e realizações do SAPS). Rio de Janeiro, DF: SAPS, 1949.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. A alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa. **História: questões & debates**. História da alimentação. Curitiba, PR: UFPR, jan./jun./2005, n. 42, p. 11-31.

SAPS. Serviço de Alimentação da Previdência Social. **Anais do 1º Congresso Nacional de Visitadoras de Alimentação**. Fortaleza, CE, de 17 a 24 de outubro de 1947. Rio de Janeiro, DF: SAPS, Secção de Propaganda e Estatística, 1947.

SAPS. Serviço de Alimentação da Previdência Social. **Revista de Nutrição**, julho de 1950, ano I, n. 1, p. I. Rio de Janeiro, DF: Serviço de Alimentação da Previdência Social / Divisão de Propaganda.